

Ética na vida, nas profissões e nas organizações: reflexões para debate nos diversos cursos universitários e politécnicos

Ethics in life, professions and organizations: reflections for debate in the various university and polytechnic courses

Roberto Vilmar Satur

Universidade Federal da Paraíba, Brasil
robertosatur@yahoo.com.br

Armando Malheiro da Silva

Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CITCEM
armando.malheiro@gmail.com

Resumo

Trata da ética e sua aplicabilidade para a conduta de vida cotidiana das organizações e na profissão. Faz um construto da definição da ética, a ética no dia a dia, a ética e os códigos de conduta das organizações e a ética na profissão. Encerra questionando o papel do ser profissional e do porquê ter uma profissão. Aborda a ética na perspectiva do novo momento que vivemos de infosfera e nas mudanças comportamentais dos seres cada vez mais afetados pelas tecnologias. Tem por objetivo levar o leitor, tanto como cidadão quanto como profissional, a refletir sobre o seu comportamento e conduta na atualidade e apela por condutas mais éticas. Trata-se de um estudo teórico, reflexivo, aplicável e qualitativo. Conclui que as profissões surgem, evoluem e desaparecem com a evolução da sociedade, dos modos de produção e das tecnologias. Conclui que condutas e comportamentos mudam na medida em que a sociedade e a cultura evoluem, mas a ética persiste. Acredita que é possível pessoas, tanto no âmbito pessoal como no profissional, terem condutas éticas e serem prósperas em tempos que prevalece a tecnologia e a infosfera.

Abstract

This paper aims at dealing with ethics and its applicability to the conduct of daily life in organizations and in the profession. It constructs the definition of ethics, ethics on a daily basis, ethics and codes of conduct for organizations and ethics in the profession. It ends by questioning the role of being a professional and why having a profession. It approaches ethics in accordance with the new moment we live in the infosphere and the behavioral changes of beings increasingly affected by technologies. It aims to lead the reader, both as a citizen and as a professional, to reflect on their behavior and conduct nowadays and calls for more ethical conduct. It is a theoretical, reflective, applicable and qualitative study. It concludes that professions emerge, evolve and disappear with the evolution of society, production methods and technologies. Another conclusion raised from this study is that conduct and behavior change as society and culture evolve, but ethics persist. Researchers concluded through this study that it is possible for people, both in the staff and in the professional field, to have ethical conduct and be

prosperous in times when technology and infosphere prevail.

Palavras-chave: Ética; Ética profissional; Profissão; **Keywords:** *Ethics; Professional ethics; Profession; Ética Empresarial; Comportamento Ético; Código de Conduta; Código de Ética. Business ethics; Ethical Behavior; Code of conduct; Code of ethics.*

Introdução

Frequentemente ouve-se a expressão de que, nos tempos atuais, a ética não está mais na moda e a torcida é para que essa moda volte. A ética como moda não voltará, pois é um equívoco dizer que ela é ou já foi moda. O que entra e sai de moda são os padrões de comportamento. A ética faz parte da filosofia e é uma reflexão milenar que permanece e vem se aprimorando e evoluindo com a reflexão e a observação do comportamento social, da moral e da cultura.

Este artigo busca promover uma reflexão conjunta com o leitor no sentido desse também refletir sobre o seu papel na busca pela ética do bem comum da sociedade, enquanto cidadão que convive com outros e como profissional que está ao serviço de outros. A reflexão também remete a necessidade da ética nas organizações, da ética profissional e o ser profissional.

O texto busca apresentar o que é a ética e a sua reflexão e aplicação na sociedade, o porquê da ética ser necessária nas organizações e como a ética pode ser aplicada no exercício profissional. A reflexão que levou a essa escrita é decorrente de estudos anteriores e também da reflexão feita junto ao pós-doc e as aulas na graduação e na pós-graduação em que o tema foi abordado e provocado. Trata-se de um estudo teórico reflexivo e qualitativo.

O quê é Ética e para quê ser ético?

Longe de querer disputar com filósofos antigos e contemporâneos a definição de um conceito de ética – já bem difundida e trabalhada por estes – buscamos aqui refletir sobre a ética aplicada na vida, nas organizações e no contexto profissional.

Para Patrus-Pena & Castro (2010:31) ética é a ciência do *ethos*. O *ethos* social (coletivo) e individual, de modo inseparável. A ética “[...] é constitutivamente social (sentido de *ethos* como *morada, casa, oikos*). Como uma casa construída com fundamentos sólidos para se manter de pé e durar, o *ethos* dos grupos humanos, manifestado como cultura, capacidade de resistir ao tempo”. Ainda segundo os autores, dessa forma o *ethos* pode ser entendido como o tradicional materializado em valores, hábitos, usos e costumes que não mudam de um momento para o outro, mas que se adaptam aos novos conteúdos que são transmitidos de geração para geração (*tradere, traditio*).

Silva (2010:108) aprofunda a definição de ética¹:

¹ Em outra publicação, o mesmo autor, agora em coautoria, segue o aprofundamento da definição: “Ética e Moral são termos e conceitos indissociáveis, mas com uma relação semântica variável: há quem considere que Moral é mais abrangente que Ética, figurando na expressão “Ciências Morais”, filiadas nas “Ciências do Espírito” e em oposição ao mundo físico; outros, em linha com o registro etimológico, entendem que a dimensão reflexiva e problematizadora cabem à Ética, enquanto a Moral cinge-se à conduta prática e normativa. A aplicação da Ética a

“Quanto à Ética, partamos já da ideia básica de que se trata de outro ramo ou disciplina filosófica, cujo sentido nuclear podemos entreabrir pela via etimológica: a palavra vem do grego *ethos*, que significa modo de ser, carácter; no latim, *mos* ou *mores* (plural) significa costumes e daí derivou o termo moral. Ética e moral confundem-se em nível semântico, mas também não tem faltado quem as ouse distinguir. E entre várias distinções possíveis trazemos, pela sua razoabilidade, uma à colação: a Ética trata/estuda o que é bom para o indivíduo e para a sociedade, tendo em vista qual a natureza dos deveres na interacção pessoa e sociedade; a Moral é o conjunto de normas, princípios, preceitos, costumes e valores que guiam a conduta do indivíduo dentro do seu grupo social. A Moral é normativa, enquanto a Ética é teórica, procurando explicar e justificar os costumes de uma sociedade, bem como ajudar na resolução dos seus dilemas mais comuns. E, se é possível distinguir Ética de Moral, mais fácil e necessário se torna distingui-la da lei, embora esta tenha por base, natural e frequentemente, princípios éticos. Decorre, desta distinção, outra, que é subsequente: Ética não é deontologia e muito menos código deontológico, mas este será tanto melhor e oportuno, quanto mais e fundas raízes tiver na Ética”.

A ética é necessária como reflexão, buscando a melhor forma de convívio em harmonia. A pessoa não precisa da ética para viver isoladamente mas é recomendável ter conduta ética quando do convívio coletivo de humanos e com o meio ambiente a sua volta. Como afirmam Paletta; et al. (2013:837) a ética *“está amplamente constituída de regras de sobrevivência, regras de comportamento associadas à profissão, regras de relacionamento que possibilitem harmonia na convivência social e assim por diante”*.

A reflexão ética remete aos filósofos² da antiguidade -especialmente os gregos-, da idade média, os da modernidade e os contemporâneos. A base de aplicação ética mais duradoura na sociedade teve amparo na religião. *“Historicamente a ética sempre foi debatida e orientada pelas religiões e pelo exercício da razão”* (Gomes, 2009:147). Embora cada cultura com alguma base religiosa³ tenha seus próprios fundamentos que caracterizam sua moral, usos, costumes e conduta de seu grupo, no mundo ocidental essa base teve como principal sustentação, por mais de um milênio, a ética católica. Por sua vez, está originalmente ancorada na orientação ética judaico-cristã. A partir do século XV a orientação católica começa a dividir espaço com a emergente orientação evangélico-protestante, que mantinha algumas bases católicas, mas também rejeitando muitas delas, tentando resgatar, de alguma forma e conforme seu entendimento, a orientação de conduta judaico-cristã original. Tiveram, inicialmente, como líderes que mais se destacaram Lutero, Calvino e Armínio. A principal base de toda essa orientação ética religiosa, tanto católica como protestante, está centrada no teocentrismo, baseada no Deus único.

contextos socioculturais e profissionais reveste-se, neste segundo sentido, de uma forte tonalidade moral” (Silva & Paletta, 2016:3).

² “[...] filósofos como Sócrates, Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, Santo Tomás de Aquino, Hobbes, Hume, Hegel, Kant, Bergson, Heidegger e Habermas, entre outros enriqueceram o debate acerca da ética. Esse movimento reflexivo redundou na formação do conceito de ética como ciência da conduta [...]” (Gomes, 2009:147).

³ Apesar das diferenças religiosas a orientação sobre a conduta tem muitas semelhanças entre elas. Por exemplo: definem e defendem o bem e condenam o mal; defendem o convívio coletivo harmônico; defendem a verdade em detrimento da mentira; etc. O que existe são algumas diferenças na forma como entendem o mal (pecado). Por exemplo: enquanto o Islamismo entende a pessoa nasce boa e que é o meio (mundo) que a corrompe e a torna infiel; o Cristianismo tem por orientação que a pessoa já nasce com o gene do pecado como uma imperfeição herdada com o pecado original de Adão. Por isso a pessoa precisa do resgate de um Salvador. Ela irá se arrepender, se converter e passar a imitar a Jesus fazendo apenas o bem, sendo assim um pequeno Cristo, um cristão salvo.

Mas com a modernidade⁴ buscou-se novas bases para a postura ética que não mais fossem baseadas apenas na religião, mas também no homem e para o homem. Que servissem para o crente e para o descrente. Pode-se entender que cada vez mais a “*ética deixou de se limitar ao terreno religioso e filosófico para se tornar também um assunto de interesse de toda a sociedade*” (Paletta, et al. 2013:840). O antropocentrismo busca ocupar esse lugar e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1798 na Revolução Francesa e a Declaração Universal dos Direitos Humanos⁵ da ONU, em 1948, tentam dar uma base do que é aceito e necessário para o convívio ético entre os humanos.

Embora o antropocentrismo se tenha tornado um novo ponto de partida para se encarar a ética, não se pode dizer que em termos de comportamento ético a orientação teocentrista e a antropocentrista sejam excludentes e nem antagônicas. Muitas das suas reivindicações de conduta ética são iguais, em outras semelhantes ou complementares⁶. O ponto de partida ou de chegada é que mudou. No teocentrismo as pessoas agem em prol de outras pessoas, como estivessem fazendo aquilo para Deus. Agora eles fazem algo para o outro como se estivessem fazendo para si mesmo. Em outras palavras “*façamos para o outro o que gostaríamos que fizessem para nós*”. Se o outro é a prioridade eu terei mais deveres do que direitos. Ao menos assim deveria ser.

Tanto o teocentrismo como o antropocentrismo defendem o direito da pessoa e da coletividade (princípios dos direitos humanos). Inclusive, o surgimento do que se entende hoje por “direitos humanos” tem parte da sua origem relacionada às ações dos cristãos em Roma e no Império, quando eles passaram a recolher e a acolher os excluídos (doentes, deficientes e famintos), que eram abandonados nas ruas pelas famílias romanas. Seguiam a orientação cristã⁷ do “amar o próximo como a si mesmo”. Outros pontos da base inicial também podem estar ligados a existência dos decretos feitos por Ciro, no Império Persa e depois pelo Império Romano no chamado Direito Romano. Evidente que também nunca pode ser esquecida a contribuição reflexiva dos filósofos gregos.

É a aplicação ética que tem a preocupação no bem-estar do outro. Sua elaboração envolve a *ética da convicção*, que envolve valores universais, direitos humanos e justiça, ética de base kantiana; a *ética da responsabilidade*, que preocupa-se com as consequências para a sociedade e demais interessados -que se for na empresa são os *stakeholders*-, baseado na ética do utilitarismo de base teleológica; e a *ética da virtude (areté, de Aristóteles)*, baseia-se na responsabilidade dos envolvidos e nos valores da humanidade que se expressam pela cultura e o *ethos* virtuoso (Patrus-Pena & Castro, 2010).

Virtude são valores transformados em ações, hábitos bons que para crescerem devem ser praticados. (Arruda, Whitaker & Ramos, 2001). Valor, segundo Capurro (2008), nesse caso não deve ser visto como uma propriedade das coisas, mas o efeito do nosso relacionamento com os outros e com as

⁴ “Com o nascimento da sociedade burguesa, assistiu-se ao aparecimento de doutrinas éticas progressistas, antifeudais, criadas pela jovem burguesia que censura a moral ascética da idade Média e proclama o ‘egoísmo racional’, segundo o qual, a conduta do homem deve depender não da religião, porém dos interesses pessoais bem compreendidos” (Paletta, et al., 2013:836).

⁵ A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, é uma forma de aplicação ética laica e “mínima”. Ver “Declaração Universal dos Direitos Humanos” (ONU, 2009). Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>.

⁶ Antes de nos preocuparmos em querer ver qual orientação ética deve prevalecer, devemos nos preocupar com quem não tem ética. Melhor alguma ética do que não ter ética alguma.

⁷ Também sabe-se que algumas das bases que baseavam as noções originais dos direitos humanos do Ocidente já tinha algo escrito nesse sentido na Torá (para os judeus) ou do pentateuco (para os cristãos) e demais livros do chamado Velho Testamento (lei mosaica, provérbios, etc.) e, especialmente, nos ensinamentos de Jesus Cristo, presentes no Novo Testamento da Bíblia dos Cristãos.

coisas. O diamante somente é válido pela valoração que lhe dá o humano. A avaliação de utilidade e do desejo percebida pelo homem dá valor as coisas considerando seu contexto de uso, maneira de viver ou de um *ethos* no sentido da prática costumeira. O valor é uma “determinação da reflexão” e não uma propriedade das coisas. Algo é considerado valioso dentro do contexto da interação social.

Nesse sentido, é possível aqui recorrer a ideia de ética mínima⁸ de Cortina (2009:9), uma ética dialógica que tem o cuidado de *"hacer justicia al ser autónomo y dialógico del hombre y exige por ello, sin remilgos, un mínimo moral: que sólo se consideren normas justas las que han sido queridas por los afectados, tras un diálogo celebrado en condiciones de simetría"*. Trata-se, portanto, de uma espécie de “código mínimo”, de mínimos exigíveis e não violáveis de direitos fundamentais para qualquer pessoa humana viver com dignidade “[...] *una lista mínima de interditos que não possam ser invalidados por considerações ideológicas, por fins nobres, pela razão de Estado, por um decreto, ou, no que a este se refere, pelo voto da maioria*” (Leszek Kolakowski, 1996:325-326, *apud* Silva & Paletta, 2016:5).

Ou seja, já que nem sempre é possível ser pleno, temos que buscar ao menos algo que seja intermediário, um mínimo que não podemos abrir mão. Estabelecer algum tipo de gradação. Isso ao menos dá certa estabilidade. Mas os *"mínimos éticos" – recordemos - no son "minimalistas", no consisten en una especie de moral de rebajas [...] nacen de la conciencia de que socialmente sólo podemos exigirnos mutuamente esos mínimos de justicia [...]"* (Cortina, 2009:13).

A ética mínima leva em conta que é complexo ter uma ética geral em ambientes de multiculturalidade, com particularidades diferentes de morais, usos e costumes entre culturas. Embora possa considerar um ideal a democracia e a ética com ênfase nas sociedades liberais, defensoras da igualdade cidadã de todos, ainda tem-se de enfrentar dilemas em um mundo cada vez mais globalizado e intercultural, de quem não faz parte desta ou daquela sociedade ou não se sente pertencente a uma delas. É preciso respeitar a cultura do outro sem desrespeitar a sua, respeitar a identidade cultural de “minorias” sem desrespeitar as da maioria.

Segundo Lèvy (2004) é a ética, o justo, o respeito e a hospitalidade⁹ que permitem a integração social apesar das diferenças. É o justo que inclui o diferente. O injusto se aproveita.

“¿Cuál es el crimen de Sodoma? El rechazo de la hospitalidad. En vez de acoger a los extranjeros, los sodomitas quieren abusar de ellos. Ahora bien, la hospitalidad representa excelentemente el mantenimiento del vínculo social, un vínculo social concebido según la forma de la reciprocidad: el huésped es indistintamente el que recibe o el que es recibido. Y cada uno puede ser extranjero a su vez. La hospitalidad mantiene la posibilidad de viajar, de encontrarse con el otro, en general. Por la hospitalidad, el que está separado, el que es diferente, extraño, se convierte en acogido, integrado, incluido en una comunidad. La hospitalidad es el acto de unir el individuo a un colectivo. Se opone en todos los aspectos al acto de exclusión. El justo incluye, él “inserta”, remienda el tejido social. En una sociedad de justos, y según la forma de la reciprocidad, cada uno

⁸ Segundo Cortina (2009) não se trata de relativizar a conduta ética. Tampouco adotar a “ética” do camaleão (do eu me adapto).

⁹ Ainda sobre o se importar com o outro, mesmo que ele nos seja estranho ou esteja em condições diferentes da nossa: “Não se esqueçam da hospitalidade; foi praticando-a que, sem o saber alguns acolheram anjos. Lembrem-se dos que estão na prisão, como se aprisionados com eles; dos que estão sendo maltratados, como se fossem vocês mesmos que o estivessem sofrendo no corpo.” (Hebreus, 13:2-3)

trabaja para incluir a los otros. E nun mundo en el que todo se mueve, donde todos son llevados a cambiar, la hospitalidad, moral de los nómadas y de los emigrantes, se convierte en la moral por excelencia. Pero por el hecho de que trabaje en el tejido del colectivo nómada, no hay que concluir que el justo cultiva a toda costa la unidad, la uniformidad o la unanimidad. Por el contrario, Lot corre el riesgo de ser minoritario, lo más minoritario posible ya que defiende los extranjeros solo contra todos. Se sitúa así él mismo en posición de extranjero. El más incluyente puede convertirse en el más excluido. Integrando al extranjero, expulsado a su vez, haciendo atravesar a los otros y transgrediendo él mismo las fronteras, el justo es el pasador por excelencia.” (Lèvy, 2004:26).

A justiça e a ética envolvem amparar, incluir e respeitar. Assim, tratar o outro com o respeito que eu gostaria de ser tratado se estivesse em igual condição é um pressuposto importante para ser ético, justo e hospitaleiro. É preciso entender que *“não há felicidade possível sem a presença do outro”* (Gomes, 2009:159)

Para Floriani (2002) o comportamento ético de alguém pode ser entendido como um comportamento adequado aos costumes que vigoram e são aceitos pela sociedade, grupos ou coletivos que o indivíduo convive a maior parte do seu tempo. E as leis são consequências de posturas éticas refletidas e desejadas como padrão pelo coletivo. Se as leis existem é por que foi necessário regrar algo considerado como o ideal, mas que apenas com a conscientização pela reflexão ética não foi suficiente para convencer as pessoas a praticá-las como um padrão.

Somente a lei em si também não resolve. O próximo passo é ver como se aplica a lei para que tenha o efeito desejado. A Teoria das Janelas Quebradas¹⁰ mostra que a forma de aplicação ou tratamento para algo é muitas vezes mais relevante que a própria regra escrita, pois cria nos membros daquele coletivo um padrão de comportamento baseado na reação da autoridade para algo. Essa Teoria defende, por isso, que ao menor sinal de desvio de conduta frente a regra ou lei estabelecida a resposta tem de ser imediata, forte e consistente. Leis existentes, mas não aplicadas a contento levam a novos deslizos do infrator e até geram novos adeptos que também passam a infringir.

Uma lei existente e que é aplicada com consistência não deve dispensar ou relaxar a reflexão ética sobre o tema, especialmente quando envolve ações em prol do bom convívio social, dos negócios éticos, do respeito às diferenças e do uso da informação de forma ética.

É importante ressaltar que nem tudo que se diz ser ético de fato é conduta ética. Por exemplo, quando se menciona a “ética do bandido”. Nessa “ética” os criminosos têm suas próprias regras do que os membros do grupo podem ou não fazer. Chegam a fazer juramento para tal. E se algum dos membros infringir tais regras será punido. A punição, em alguns casos, pode ser até a morte. Importante ressaltar que essa dita “ética do bandido” trata-se tão somente de um código ou manual de conduta de

¹⁰ A Teoria das Janelas Quebradas tem bases teóricas estabelecidas pela Escola de Chicago, especialmente por James Q. Wilson e George Kelling, psicólogos que observavam o comportamento e descreveram que se em uma rua aparentemente abandonada existissem prédios com janelas de vidro e num determinado dia alguém jogasse uma pedra e quebrasse o vidro de uma janela, se não houvesse uma resposta imediata, tanto no sentido de trocar o referido vidro como também tentar localizar e penalizar o infrator, - buscando por quem atirou a primeira pedra e o punindo para servir de exemplo -; nos próximos dias aquela janela quebrada e a sensação de impunidade encorajará outras pessoas a fazerem o mesmo. Já se a resposta fosse imediata isso não voltava a acontecer. Ver artigo: Broken Windows, de James Q. Wilson e George Kelling (1982), disponível em <https://media4.manhattan-institute.org/pdf/atlantic_monthly-broken_windows.pdf>; e o livro: Fixing Broken Windows: Restoring Order and Reducing Crime in Our Communities de George Kelling e Catherine Coles.

comportamento estabelecido pelo grupo. Não é e nunca foi ética. Até por que, o que envolve bandido e crime não costuma ter conduta ética.

Também muitas vezes se confunde com ética a exigência de conduta de organizações ou países de pensamento único e autoritário. Esses baseados no pensamento único e unidirecional estabelecem regras e leis com condutas exigidas do coletivo envolvido. A lei ou a regra, nesse caso, é algo imposto por uma elite dominante e autoritária que busca preservar “a ordem” que lhe convém e lhe garante a perpetuação de dominação e poder. Não por acaso que muitos autores afirmam que nem tudo que é legal necessariamente é ético.

Já em outros locais a existência de uma lei para reger algo é desnecessária, tendo em vista que a reflexão ética permite concluir que esse comportamento ideal já está acordado e é praticado naturalmente pelos membros daquele coletivo. Por isso, apenas saber e cumprir as leis não basta, é preciso saber sobre a conduta ética do local e do seu contexto cultural para não cometer deslizes de comportamento ético. Deslizes que podem levar ao fracasso das relações ou da atuação e até as restrições ou sanções (Satur, 2015).

Uma forma de promover a conduta ética é informar cada vez mais as pessoas. E para expandir a informação e o conhecimento sobre ética e conduta pode-se ter como aliado as TICs/TDIs. Trata-se do uso da informação e das TICs/TDIs para incentivar a conduta ética, a transparência, a inclusão de todos, independentemente da diversidade que vivem.

Afinal, admitimos que vivemos em tempos do paradigma tecnológico de Castells¹¹ e, portanto, é relevante olhar a informação e a ética na perspectiva das tecnologias da Informação e da Comunicação TICs/TDIs, *internet* das coisas e inteligência artificial. Isso se faz promovendo um acesso libertador, informado, sem deixar as pessoas na ignorância tecnológica e informacional. Não por acaso Capurro (2008) ao analisar os escritos de Floridi¹² diz que este promove a ideia de discutir não mais apenas a ética do computador e sim a ética da informação. Refere-se ao fato de que todos os interessados, e nisso se incluem os profissionais e os cidadãos atendidos por eles, precisam entender que vivemos em tempos de infosfera e que a ética precisa estar ao lado do cidadão nesse horizonte mais amplo da filosofia da informação. A infosfera, segundo Floridi, é algo além do que conhecemos atualmente como sociedade da informação.

As novas tecnologias¹³, especialmente as TICs/TDIs, promoveram a cultura digital, que resultou num contexto sem volta. Essa nova cultura digital exige mais reflexão ética em sua aplicação a essas novas demandas. Por essa razão estão surgindo novas terminologias como: “*informationethics, libraryethics,*

¹¹ O autor tem várias obras sobre o tema. Dentre elas pode-se destacar Castells, M. (1999). Sociedade em rede. v. 1, 6. ed. São Paulo: Paz e Terra.

¹² Quando fala em Luciano Floridi, Capurro (2008) faz menção a diversas obras deste autor, dentre elas: a) Information Ethics: On the Theoretical Foundations of Computer Ethics. 1999; b) Information Ethics: An Environmental Approach to the Digital Divide. 2001; c) On the Intrinsic Value of Information Objects and the Infosphere. 2003; d) The BlackwellGuide to the Philosophy of Computing and Information. 2004; e) The Tragedy of the Good Will. Ethics and Information Technology, 8(4): 253–262, 2006; f) Publicação de Floridi com Jeff W. Sanders. On the Morality of Artificial Agents.

¹³ Em tempo a frente, não muito distante, a ética terá que pensar para além da tecnologia (TICs/TDIs) nesse ambiente de infosfera, pois: “No futuro, a criatividade – em todas as áreas – será o ingrediente chave do êxito das organizações. Quando a tecnologia passar a ser um produto comum e habitual, e todos os concorrentes alcançarem o mesmo nível [...]” (Paletta, et al. 2013:839).

computerethics, ciberethics, que en muchos casos se usan de forma indiscriminada y cuyo contenido y fronteras son pocos claros” (Fernández-Molina, 2009, p. 65).

Por que ética nos negócios e nas organizações?

A discussão sobre ética nas, e para as organizações apareceu com mais força nos anos 60 na Alemanha e arredores, depois mais alguns países da Europa e EUA. O que mais impulsionou a discussão sobre a ética nas organizações foi a crescente tendência aos investimentos estrangeiros (multinacionais) que passam, nos seus novos negócios no exterior, a viver diretamente com o choque e a diversidade cultural e, portanto, a aplicação ética reinterpretada. As empresas passaram a ter que enfrentar problemas crônicos, mas que até então estavam ocultados em muitas organizações: as condutas não muito éticas. Tiverem que começar a tratar de temas e buscar estratégias para evitar e combater a corrupção, e a exercer a liderança e ter responsabilidade corporativa e social com ética. A expressão *compliance* passa a fazer parte da prática organizacional no mercado (Arruda, Whitaker & Ramos, 2001).

Já na academia a Ética empresarial passou a ser discutida, com esse nome, nas faculdades de administração (gestão) e economia a partir dos anos 60 e 70. Inicialmente se destacou mais nos EUA. Os estudos iniciais focavam principalmente a conduta ética pessoal e profissional de quem atuava em organizações. O passo seguinte foi entender que isso permeia a organização como um todo. Nos anos 90, quando surgem redes acadêmicas nos EUA, importantes discussões como a *Society for Business Ethics* e na Europa a *European Business Ethics Network* passaram a se reunir anualmente para discutir sobre o tema¹⁴. Também nos anos 90 surge o *International Society for Business, Economics, and Ethics – ISBEE*. Destaca-se ainda a criação de duas importantes revistas na área: *Business Ethics Quarterly* (1991) e *Business Ethics: a European Review* (1992). Nessa época, sobressai-se o professor Georges Enderle, da Universidade St. Gallen (Suíça) que dá relevante contribuição na área fazendo uma pesquisa global sobre o tema, começam a se propagar mais pesquisas sobre o assunto em outros locais. (Arruda, Whitaker & Ramos, 2001).

A ética na perspectiva organizacional, segundo Patrus-Pena e Castro (2010:5) é entendida como “*um campo de reflexão sobre questões nos níveis individual, organizacional e sistêmico de tomada de decisões e ações nos negócios e na vida econômica*”.

A deontologia¹⁵ e a teleologia se utilizam da reflexão ética para sua aplicabilidade nos negócios. Em muitos casos usam a reflexão utilitarista.

¹⁴ Resultou em duas enciclopédias: *Encyclopedic Dictionary of Business Ethics* e *Lexikon der Wirtschaftsethik*.

¹⁵ A filosofia deontológica defende que devemos fazer o que é certo simplesmente por que é o certo a se fazer naquele caso, independente do que os outros possam achar ou se está ou não previsto em Lei. Isso deveria ser algo inerente a todo ser humano, a todo ato, a todo profissional e a toda organização.

Quando se fala em ação deontológica¹⁶ está se remetendo ao grego *déon*¹⁷ que traduzido significa dever. Nesse caso, uma ação deve ser verificada se ela se justifica pelo seu ato em si mesmo. A ação tem o dever de ser boa em si mesmo. Ainda não está se refletindo suas consequências e sim o ato em si. De uma forma prática se alguém indagar, "porque está se fazendo aquilo?", a resposta remeterá a uma afirmação simples, qual seja: "por que é a coisa certa a se fazer nesse caso!". O ato se justifica por ele mesmo (Costa, 2014). Como exemplo, pode-se citar o apóstolo Paulo quando ele afirma que "Tudo me é permitido, mas nem tudo convém" (I Coríntios, 6:12). Ele, de alguma forma está alertando para a reflexão entre fazer o certo ou o errado. Mesmo que ambos possam ser lícitos, nem tudo devemos fazer. Intrinsecamente poderia estar aí um recado de que tudo que é legal¹⁸ (permitido) nem sempre se deve fazer. Refere-se também ao livre arbítrio, alertando que se mal empregado pode ser um perigo, para nós mesmos e para os outros. Certas pessoas lidam mal com o excesso de liberdade podendo os levar a cometerem abusos.

Para quem atua com negócios e com organizações também é relevante outra importante filosofia: a teleológica. A teleologia vem do grego *télos*, que significa fim. Remete a necessidade de refletir, antes de agir, sobre as consequências do ato, o resultado da ação. Exige verificar o benefício ou o malefício da ação. Nesse caso exige que "saíamos" do ato em si para o olhar num contexto mais amplo, inclusive se colocando no lugar dos outros que sofrerão as consequências da ação (Costa, 2014).

Existirão casos em que, quem atua nos negócios e organizações, irá recorrer a filosofia utilitarista, que faz parte da teleológica. A filosofia utilitarista é mais direcionada e até excludente, pois irá claramente se posicionar pelo bem-estar da maioria¹⁹. *"A teoria teleológica do utilitarismo pressupõe, como comentado acima, que deve ser levado em consideração o impacto coletivo da ação. A finalidade do ato deve ser considerada, portanto, no resultado 'líquido' do benefício coletivo gerado, o que pressupõe inclusive que alguém pode sofrer alguma perda em consequência de uma determinada decisão se esta mesma decisão gerar um benefício para um número maior de pessoas"* (Costa, 2014:6)

Como exemplo da filosofia utilitarista pode ser citado a lei brasileira, que proibiu fumantes de acenderem seus cigarros em ambientes públicos fechados. Essa regra causou transtorno para um determinado grupo de pessoas (os fumantes) que tiveram sua liberdade plena comprometida. Se mal

¹⁶ "Chegados mais dentro do tópico da aplicação da Ética, através da ênfase na dimensão moral, importa lembrar, aqui, o sentido da deontologia (do grego *δέον*, translit. Deon "dever, obrigação" + *λόγος*, logos "ciência"). Na filosofia moral contemporânea representa uma das teorias normativas, segundo a qual as escolhas são moralmente necessárias, proibidas ou permitidas e, neste sentido, filia-se no grupo das teorias morais que orientam nossas escolhas sobre o que deve ser feito. O termo foi introduzido em 1834, por Jeremy Bentham, para referir-se ao ramo da ética que se ocupa dos fundamentos do dever e as normas morais" (Silva & Paletta, 2016:3).

¹⁷ *Déon* é um termo grego surgido há mais de 2600 anos e está relacionado a dever e obrigação. Representa compromisso mútuo das pessoas em busca de construir uma vida individual e coletiva honrada como um bem maior, realização e busca da felicidade. Atualizando esse termo poderia também significar viver com a consciência limpa e tranquila, consciente de que não promoveu a injustiça e a desonra (Silva, 2009).

¹⁸ Diz-se que nem tudo que é legal é necessariamente ético e nem tudo que é ilegal é necessariamente antiético. Por exemplo: Cobrar juro é legal, mas cobrar um juro acima da taxa tradicionalmente cobrada se aproveitando do desespero (vulnerabilidade) de quem precisa do dinheiro não é ético. Já uma atividade informal é ilegal, mas quando se trata de uma mãe desempregada, que precisa alimentar seus filhos pequenos, e resolve vender lanches artesanais informalmente em uma praça pública, visando arranjar algum recurso para poder comprar comida aos seus filhos que estão famintos, pode até ser ilegal, mas não necessariamente é antiético.

¹⁹ Ao admitir a existência de uma maioria certamente também se entende que há uma minoria. Nesse prisma podemos até dizer que uma eleição democrática é utilitarista pois se obedece o desejo da maioria vencedora em detrimento de uma minoria derrotada que ficou de fora. A diferença é que o próximo ato, após atender o desejo da maioria, a utilitarista tentará, dentro do possível, incluir as minorias, desde que isso não agrida o bem-estar da maioria.

entendida poderia se dizer que o dono do restaurante ou até a lei estavam sendo preconceituosos. Mas nesse caso não é questão de preconceito e sim um fato que está presente. Ao restringir o ato de fumar em ambientes fechados a lei beneficiou todo o restante do público (os não fumantes) que são a maioria, e que agora não sofrerão mais as consequências diretas do ato fumar do outro. Outro exemplo poderia ser citado, como é o caso de criminosos perigosos (minoria) sendo privado de sua liberdade (prisão) em benefício de uma coletividade que já foi ou poderia ser sua próxima vítima.

Admitindo que não exista um padrão de comportamento ético garantido entre todas as pessoas, os governos tentam garanti-la minimamente através de leis e as organizações tentam garantir através dos seus códigos de conduta ética²⁰. Admitem com isso que o ser humano é influenciado pelo meio e terá comportamentos obedecendo leis e regras ali presentes. Assim, as organizações estabelecem regimentos (códigos de conduta) sobre padrões de comportamentos desejados dos seus colaboradores e *stakeholders* dentro da organização e por onde estes agentes a estiverem representando. Também lá preveem as sanções para quem não o obedeça. Inclusive, é por isso que profissionais iniciantes em uma organização são convidados a lerem e a assinarem tais manuais com os códigos de conduta, comprometendo-se a praticá-los. Caso não concordarem, podem se recusar a trabalharem na organização.

Os Códigos de Conduta Ética, atualmente, buscam combater assimetrias e contradições. Combater, por exemplo, contradições como: internamente exige-se que o colaborador tenha uma boa conduta para com a organização, mas, ao mesmo tempo, exige-se que ele explore o cliente, burle o fisco, espione o concorrente, etc. Os Códigos de Conduta Ética não resolvem os dilemas éticos das organizações, mas fornecem critérios ou diretrizes para serem seguidos. Assim como nas profissões o Código de Conduta Ética é regulamentador. Esses Códigos podem ser mais genéricos ou ir até detalhamentos sobre como se pode oferecer ou receber presentes, doações, ajuda de custo, hospedagem, etc. e com que critério. (Arruda, Whitaker & Ramos, 2001)

Atualmente o procedimento ético das pessoas, profissionais e organizações está evoluindo para regras mais amplas de uso da informação, transparência e ética nos negócios (*compliance*) que passou a ser exigido de muitas organizações mediante novas leis²¹ e também por exigências de outras organizações nacionais ou internacionais que atuam como suas parceiras, bem como ao aderirem ao certificado da ISO 26000, que vai da ética à responsabilidade social.

A Fundação ÉTNOR (2019), a qual Adela Cortina²² faz parte, defende a implantação de três ferramentas básicas como essenciais para a aplicação ética nas organizações: 1) adoção do código de conduta ética,

²⁰ O correto é chamá-los de Manuais ou Códigos de Conduta Ética e não simplesmente de Códigos de Ética. Pois o que eles preveem não são tratados de ética e sim conduta e comportamento ético desejado ou exigido.

²¹ No Brasil, por exemplo, em poucos anos várias novas leis tentam acompanhar as mudanças e nas novas necessidades de controlar o uso não ético, especialmente facilitado pelas novas tecnologias. Exemplos: Lei Complementar nº 131/2009, conhecida como Lei da Transparência; Lei nº 12.527/2011, que regulamenta o acesso às informações, especialmente as públicas; Lei Carolina Dieckmann, ou a Lei dos Crimes Cibernéticos (12.737/2012); Lei do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) que regulamenta o uso da Internet. O problema é que o Estado está sempre um passo atrás na tentativa de controlar os abusos de comportamento decorrentes do avanço tecnológico. Até por que a tecnologia, e adesão das pessoas a esta, avança rapidamente e o Estado anda lentamente. Assim, age mais tentando corrigir do que prevenir excessos.

²² Fundación Etnor, a qual Adela Cortina faz parte. Que inclusive a cita sobre a ética nas organizações (*ÉTNOR*, 2019): “*En la ética de los negocios y las organizaciones los marcos éticos sin herramientas para integrarlos en la vida cotidiana están vacíos, y las herramientas sin marcos están ciegas. Fundamentación y aplicación ética son elementos fundamentales*”. (Adela Cortina).

2) implantação e funcionamento de comitê de ética e ter 3) auditoria ética. O código regra, o comitê garante que a implantação ocorra e a auditoria fiscaliza se está tendo coerência com o que se regrou e o que está sendo feito.

Paletta; et al. (2013, p. 837) destacam que ser ético agora “demanda gerenciar e usar a informação de forma eficiente, divulgar declarações precisas definindo as regras e criar procedimentos de verificação para assegurar que todos na organização as estão cumprindo”. Ou ainda, conforme seguem os mesmos autores mais adiante: “*Neste cenário competitivo, o principal desafio das organizações está em estabelecer os padrões éticos nas relações entre pessoas e organizações na forma como lidam com a informação na era das sociedades em rede*” (Paletta, et al., 2013:841).

Todavia apesar de cada vez mais presente a exigência de padrões éticos nas organizações, sempre existirão momentos de tentação. Às vezes somente se consegue ganhar alguns negócios "comprando facilidades" como: corrompendo, conseguindo informação privilegiada, direcionando editais, dando “agrados” a determinadas pessoas, pagando para “passar na frente” visando resolver de forma mais rápida, etc. Aliás, impaciência, pressa e excesso de ambição, muitas vezes, são os fatores geradores de comportamentos não éticos. A preguiça e a negligência²³ igualmente. Aliado a isso, muitas pessoas, órgãos e organizações criam dificuldades para “vender facilidades”. Por esses motivos organizações e pessoas que prezam pela conduta ética terão mais dificuldade de atuar nesses ambientes “viciados”. Afinal, “*às organizações compete o desafio de entender o dilema ético em que o profissional é exposto diariamente quando submetido à pressão por resultado em um cenário global altamente competitivo. [...] A linha que separa a criatividade e os limites éticos é muito tênue e a busca por resultados a qualquer preço pode ser um fator decisivo para romper este limite*” (Paletta, et al. 2013:835).

Portanto, não se pode iludir as organizações e seus profissionais de que é fácil ser ético. Muitas vezes há um preço a se pagar. Que preço é esse? O preço pode ser: perder certos negócios, deixar de fazer alguns tipos de vendas ou compras, saber esperar mais tempo, receber menos, perder "amigos", ser chamado de otário por pessoas não-éticas, dentre outros. Mas vale a pena, especialmente para quem acredita que o valor não está no preço e sim na conduta.

Dentre essas tentações estão as táticas ou técnicas de negociação eticamente questionáveis, como (Simões, 2008): a) *Distorcer informações*, pedindo muito mais que vale, exagerar ao enaltecer qualidades, etc.); b) *Manipular processos e pessoas* omitindo informações, fornecer informações enviesadas, etc.; c) *Manipular a rede social do oponente*, descobrindo quem são seus fornecedores e clientes e contatando-os para desqualificar o concorrente, usando inclusive informações conseguida de forma não ética; d) *Negociar de “má fé”*, descobrindo a fragilidade do outro lado retirar, propositalmente, ofertas já negociadas anteriormente, renegociando contratos, adotando represálias, etc. Essas técnicas ou táticas devem ser evitadas por organizações e profissionais éticos.

Igualmente, Simões (2008) afirma que nos negócios, as vezes, os profissionais consideram alguns desvios éticos como “ossos do ofício”. Por isso eles admitem que usam de alguns desses desvios que envolvem (Simões, 2008): a) *Táticas competitivas desonestas*, como pedir bem mais do que vale ou oferecer um preço bem menos do que vale; dizer que não tem pressa e vai ver outras opções, mesmo quando isso não for verdade, etc.; b) *Obtenção Inapropriada de Informações*, acessando ou comprando

²³ Por exemplo: o relapso com o prazo que deixa para a última hora e depois quer resolver de qualquer jeito.

informações obtidas de forma não autorizada; fazendo amizade e agrados interesseiros de modo a conseguir informações privilegiadas ou confidenciais; c) *Manipulação da Relação com Constituintes*, como distorcer ou falsear informações prestadas aos interessados, desqualificar o concorrente, etc.; e, d) *Faseamento intencional da Informação*, como usar informações distorcidas para argumentar em prol do que se quer, fazer falsas promessas ou prometer o que não pode se entregar, etc. Todas essas atitudes e estratégias não éticas devem ser sempre evitadas.

As organizações devem incentivar, encorajar e preservar o comportamento ético no seu meio a ponto de virar virtude. A pessoa é fruto do seu meio e, portanto, se ela está numa organização que pratica preceitos éticos ela vive aquilo, adere por pertencimento. A conduta ética da organização e de quem a ela pertence passa a ser uma virtude. A virtude ética diz respeito ao caráter. A medida que crescem os hábitos e as práticas de boas ações o caráter da pessoa que o pratica vai se fortalecendo, enriquecendo, tornando-a mais convicta e assim cada vez mais virtuosa (Arruda, Whitaker & Ramos, 2001). Não se está se imaginando alguém que nunca mais erre, pois é uma condição impossível para humanos, mas está se defendendo que as pessoas e as organizações persigam, fervorosamente, cada vez mais a conduta ética e não voltem a praticar os erros do passado, uma vez que já se aprendeu com eles pela reflexão ética. A conduta cada vez mais ética vem com o refletir e o praticar, o buscar, o insistir e perseverar com tais práticas.

A Ética e Deontologia nas profissões

Conscientizar a criança (estudante) desde cedo para que dê importância a comportamentos éticos tem sido a nova aposta das escolas. Acreditam que esse jovem bem orientado tem mais chance de ser uma pessoa e um profissional ético. Para tal, as Instituições de Ensino Básicas, Intermediárias e Superiores têm incluído componentes curriculares de ética nos seus currículos.

Ghoshal (2005) diz que o desafio ético deve ser permanente e de cada saber, tanto o universitário quanto os demais. Envolve inclusive permitir que a informação e o conhecimento sejam trabalhados em um contexto de pluralismo e universalidade de pensamentos. A única forma de combater o absolutismo ideológico é o pluralismo intelectual. O absolutismo tem certa dificuldade de ser ético. Por isso é preciso retomar o gosto pelo pluralismo e não ficar apenas rendido ao pensamento dominante, independente de que vertente ideológica ele faça parte. Isso é um serviço ético em prol do conhecimento amplo e do profissionalismo que se pode prestar.

Todavia, para Ghoshal (2005), a simples introdução de uma unidade curricular sobre Ética nos cursos de formação profissional não torna um profissional ético se todo o outro contexto que ele está envolvido continua do mesmo jeito. Sugere que o meio pode perverter o profissional se este não tiver bem alicerçado em si (consciência) a importância do querer, do buscar e do persistir em ser ético sempre e a todo custo.

Reforçando o que afirma o autor, pode-se citar o exemplo do Departamento de Operações Estruturadas de uma famosa empresa de obras brasileira, que na verdade era seu "Departamento da Propina". Esse caso ficou muito conhecido por conta da prisão e da delação dos proprietários e diretores da referida empresa. Descobriu-se que nesse "setor de propina" atuavam muitos colaboradores. Possivelmente muitos deles nunca tinham se corrompido antes de entrar naquela empresa. Todavia o meio ambiente em que passaram a atuar, de certa forma, impunha

comportamento não ético se lá o cidadão quisesse permanecer como colaborador e quisesse ser promovido. Como a base moral e ética de algumas pessoas é frágil, aliado a outros fatores como medo de perder o emprego, ambição pela progressão da carreira e retornos financeiros maiores e mais rápidos, faziam com que muitos aceitassem a tentação oriunda daquele contexto. Se o cidadão se dobrar a tentação na primeira vez é praticamente um caminho sem volta, pois torna essa pessoa cúmplice. Depois da primeira infração vem a segunda e fica difícil ver a saída. Evidente que muitos podem ter se justificado com as usuais frases-desculpa²⁴: "Eu apenas estou obedecendo ordens", ou "Eu sou apenas um empregado que faço o que me mandam".

Todavia, é possível que de fato existisse naquele setor pessoas que não se corromperam e nem corrompiam. Tratam-se daqueles que apenas executavam ordens operacionais oriundas de superiores, sem ter acesso a razão do por que aquilo estava sendo feito. Ou seja, não tinham acesso ao que era acordado. Apenas cumpriam tarefas como a de elaborar projetos, fazer pagamentos de boletos e de notas fiscais já autorizado por superiores, de levar certo malote lacrado para entregar em mãos a determinada pessoa e assim por diante. Embora o colaborador pudesse desconfiar, não teria certeza do ato. Até porque criminoso não costuma explicar do que tratam os atos ilegais a muita gente. O crime exige certo segredo e mistério. E muitas pessoas que praticavam tais atos já estavam tão acostumadas com o crime, até então impune, que conseguiam agir naturalmente, sem aparentar que estavam frente a um ato criminoso.

Embora o exemplo de um "departamento de propina" no qual podem haver pessoas antiéticas, mas também pessoas éticas, seja emblemático; pode-se trazer outros exemplos do cotidiano das pessoas, que exigiria reflexão ética para ver se naquele ambiente complexo houve ou não atitude antiética. São chamados de dilemas éticos. Vamos a alguns exemplos:

- a) Se uma família mora em uma comunidade e o traficante acaba de invadir sua casa para se esconder da polícia colocando uma arma na cabeça do filho. O que fará o morador (pai)? Deve confirmar à polícia que bateu em sua porta dizendo que o traficante está ali e colocar em risco a vida da família ou deve negar tentando salvar o filho e, assim, beneficiar o bandido?;
- b) Em certas comunidades do Rio de Janeiro profissionais das empresas de internet e TV paga tem sua fiação avariada por criminosos, obrigando os moradores da comunidade a consumirem esses serviços de forma clandestina que é oferecido por "empresas do tráfico" ou milicianos que controlam ilegalmente o local. O mesmo vale para a comercialização de gás de cozinha ou para pagar para ter "segurança" na casa ou nas lojas. O que faz o morador nesse caso considerando a perspectiva ética? Fica sem internet TV, telefone, gás e deixa sua loja ser depredada, ou paga para o fornecedor ilegal?;
- c) Certo morador de uma rua vê diariamente que em algumas casas próximas ocorre comercialização de drogas. Ele conhece os moradores e sabe que se denunciar terá represálias pesadas e que o Estado não irá lhe proteger. Também não tem para onde ir (mudar de endereço). Ele deve continuar fingindo que nada vê ou deve denunciar mesmo assim?;

²⁴ Quem tem fundamento ético apurado tenta agir eticamente sempre. E não usará de desculpa argumentos como: - "Fiz, por que todo mundo faz! Os outros me chamariam de idiota se fizesse certo e perdesse a oportunidade de ganhar mais financeiramente".

- d) Se uma pessoa pediu alimento para outros e lhe foi negado e em uma atitude de desespero roubar para matar a sua fome e a fome do filho é um comportamento aceitável na perspectiva ética? Como fica a situação de quem foi roubado?;
- e) Encontrar dinheiro na rua em uma quantidade razoável lhe permite pegá-lo, apossá-lo e gastá-lo como fosse seu? Como fica quem perdeu? O que fazer nesse caso?

São todas perguntas intrigantes e respostas difíceis, mesmo depois de alguns milhares de anos nos quais a ética vem refletindo e estudando os diversos comportamentos sociais. Por isso se diz que a ética não é uma receita pronta. Ela ajudará na reflexão de cada caso. Em muitos casos funciona como um filtro. Filtro que deve ser usado enquanto pensamos, de preferência antes de falar e agir. Ele tem o poder de evitar muitas consequências não desejadas.

Quanto as pessoas e suas profissões, independente da base que alicerça a conduta do cidadão que está por trás do profissional, se teocêntrica ou antropocêntrica, o importante é estar ancorado em uma postura ética. Não significa abrir mão de oportunidades, mas valorar a oportunidade.

Como exemplo pode-se recorrer a Weber (2004). Segundo o autor foi a forma de ver a ética na perspectiva católica que manteve o artesão católico na sua mesma função de mestre artesão, em plena revolução industrial, enquanto que os protestantes viram na nova necessidade de mão de obra qualificada da indústria a oportunidade de serem abençoados. Alguns, se dedicaram tanto a qualificação para o novo mercado de trabalho que até passam a ocupar escalões superiores, postos administrativos ou funções altamente qualificadas dentro da parte operacional, a ponto de serem melhor remunerados que os outros (abençoados), gerando distorções de remuneração entre os trabalhadores. Estava colocada a base da meritocracia. E para seguirem crescendo profissionalmente e em remuneração continuaram a se qualificar e a estudar cada vez mais. *"[...] a peculiaridade espiritual inculcada pela educação, e aqui vale dizer, a direção conferida a educação pela atmosfera religiosa da região de origem e da casa paterna, determinou a escolha da profissão e o subsequente destino profissional"* (Weber, 2004:32-33).

Em outras palavras enquanto a ética católica via na insatisfação com a profissão e situação atual e na busca por novas profissões e maiores ganhos o pecado da cobiça, a ética protestante via nessas novas oportunidades chances de maiores bênçãos de Deus se materializando. Teve-se então, de início, a maioria da população católica aderindo menos às novas profissões capitalistas e de mercado, se contentando com estudos e legados humanistas e artesanais já tradicionais em suas comunidades e que passavam de pai para filho. Enquanto isso os protestantes buscavam novas formações²⁵, melhores cargos, maiores rendimentos e enxergavam nesse novo desafio uma dádiva de Deus.

eticamente nem católicos e nem protestantes estavam errados. Cada um estava certo levando em conta a sua base teológica. Trataram-se de casos nos quais a linha de fé e da educação fez a diferença pela escolha profissional e na postura ética adotada. E não se pode dizer que nenhuma das duas aplicações (católica ou evangélica) estavam erradas. Cada uma delas tinha um fundamento que as alicerçava. O comportamento de ambos baseava-se em valores que acreditavam.

²⁵ Weber chega a apresentar dados estatísticos que comprovavam ter mais alunos de famílias protestantes matriculados em cursos técnicos do que de famílias católicas, evidenciando quanto os primeiros focavam mais na educação e formação profissional.

Isso vem ao encontro do que afirma Floriani (2002). Para o autor a ética envolve um estilo de comportamento que cada um tem (ou não) e que é influenciado pelos seus valores. Quando um profissional não tem valores influenciadores suficientemente apurados, muitas vezes, na ânsia de não perder o cliente ou o negócio, foca apenas nos resultados financeiros e acaba aceitando propostas que levam a sérios conflitos de natureza moral, podendo, inclusive, agredir o que ele mesmo acreditava ser correto, o que sua categoria profissional exige como postura, ou até o que a prevê em seus "códigos de conduta".

O profissional precisa entender que antes de reivindicar os seus direitos ele precisa ter a consciência que tem deveres a cumprir²⁶. E precisa fazê-lo bem feito, mesmo que o que terá de direito por ter feito aquilo (remuneração e reconhecimento) não lhe satisfaça plenamente. O exercício profissional tem base na ética do dever e essa abordagem será retomado mais adiante. A ética, baseada na moral do dever, foi trabalhada com grande destaque por Kant²⁷. Souza (2009:134-135) também destaca Bentham (século XVIII) que ressignificou a ideia do cumprimento do dever. Pois para Bentham os deveres são assumidos por pessoas que exercem papel e atribuições dentro da sociedade. Foi exatamente a "teoria do dever" através do utilitarismo de Bentham no significado deontológico do que "é obrigatório" que ancorou o que depois ficou conhecido como "*códigos moral das regras e procedimentos próprios a determinadas profissões*".

O bom profissional e a empresa ética, por caráter e por dever, não negociam seus princípios e valores. Para eles "*não é apenas o preço que importa, mas todas as demais informações que estão embutidas, explícita e implicitamente e em seus significados*" (Satur, 2015:7). O profissional ético, em suas estratégias, jamais buscará se aproveitar das fragilidades do outro para levar vantagens do estilo ganha-perde. Para isso é importante o profissional ter bem desenvolvido sua moral (cognitiva e crítica) para não adotar e impedir a adoção de táticas que violem questões éticas e explorem a vulnerabilidade do outro (Satur, Neves & Duarte, 2015). As estratégias profissionais ou de negócios devem proteger as fragilidades e não explorá-las. "*Entendendo a fragilidade dos atores, quanto a emoção, por exemplo, é possível promover técnicas e ações de marketing que visem educar as pessoas, para que reflitam sobre o que fazer e as consequências do que fazem levando em conta apenas a satisfação impulsiva do curto prazo*" (Satur, Neves & Duarte, 2015:14).

Se o profissional usar as estratégias e as informações adequadas é possível ele agir eticamente e proteger as pessoas de suas próprias fragilidades e vulnerabilidades. Até poderá empoderá-las de informação e conhecimento de modo a fazerem frente a essa situação. O profissional e a organização ética têm consciência que toda atuação que envolve mentiras ou pós-verdades²⁸, falcruas e enganações podem até gerar uma falsa sensação de satisfação no curto prazo, mas que facilmente se

²⁶ O profissional, quando da sua formatura, faz um juramento público. O juramento é uma promessa, um comprometimento que precisa e deve ser cumprido no seu exercício profissional decorrente do diploma que conquistou. Nele o profissional não se compromete a buscar sua própria riqueza, fama ou a cobrar caro pelo seu trabalho. Ele se compromete a ajudar o outro e a sociedade, a prestar um serviço profissional de qualidade e a ser justo e ter conduta ética em tudo que faz.

²⁷ Ver Kant, I. (2004). *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*. São Paulo: Martin Claret.

²⁸ Pós-verdade é um termo contemporâneo usado especialmente em casos de *fake news*. Trata-se de uma mentira com jeito e cara de verdade, que parece ser verdade, que até, em um primeiro momento, se tem uma certa dificuldade de se detectar que não é verdade. Mas é, no máximo, uma meia verdade. Provável que seja uma mentira por inteiro.

tornará remorso, arrependimento e insatisfação no médio e longo prazo. E essa não pode ser uma postura desejável para um profissional ou organização ética.

“Não se pode mais tratar as pessoas como se elas fossem algo a ser manipulado, enganado. Apesar da vulnerabilidade ainda permitir que alguns sejam enganados, em algum momento, a informação e a orientação podem chegar até essas pessoas, e os aparentes benefícios auferidos de forma inadequada por quem manipulou ou enganou outros atores poderão se reverter em prejuízo decorrente da repercussão social que isso poderá ter em momento futuro. Antes da Lei, precisa estar a reflexão ética permanente, direcionando como os atores devem usar e agir a partir de informações. Condutas éticas por parte dos agentes podem barrar o espaço de "comercialização" de informações indevidas. E o uso adequado das informações pode fazer com que os atores antiéticos que tenham postura inadequada sejam reprimidos. Isso porque, assim como o ato de comprar ou vender de agentes que burlam a questão legal e ética os encoraja a aumentar tal prática, o ato de se negar a negociar com esses atores ou naquelas condições os obrigará a reverem suas ações ou a saírem do mercado. Assim, as informações, unidas à reflexão ética, podem ser a principal ferramenta para melhorar a conduta dos atores no mercado” (Satur, 2015:8).

Isso não significa que o profissional ético permanecerá previsível e estático, totalmente conservador em tudo. Ele também usará as informações para ficar atualizado. Se adaptará as novas realidades, mas nunca abrirá mão da reflexão ética dos seus atos. Nisso ele sempre será conservador.

Além dos profissionais isso também vale para os estudantes e os locais onde estudam (as universidades e as escolas técnicas). Essas instituições assumiram o "formar" profissionais pelo ensino oficial. Mas muitas pessoas lá concluem seus cursos e talvez saiam "formadas" sem saber ao certo o que é ser profissional ético ou como aplicar a ética aprendida. Muitos inclusive saem sem saber qual a verdadeira nobreza da sua profissão.

Um rápido exercício de perguntas e respostas, entre jovens formandos ou egressos, sobre por que a escolha daquela profissão, trará muitas respostas que não demonstram o verdadeiro papel do exercício profissional. A maioria das respostas tende a ser relacionada à busca por ganhos e realizações pessoais e não o outro e a sociedade. Por isso

“Torna-se relevante a capacidade de se autorrenovar frente a temas que se fazem presentes na sociedade moderna como: a riqueza sem trabalho; o prazer sem consciência; os negócios sem ética; o discurso sem prática; a ciência sem humanidade; a religião sem espiritualidade e fé autêntica; o trabalho sem satisfação pessoal e autorrealização; as informações em excesso, porém desprovidas de sabedoria; o conhecimento sem compromisso com a verdade; a vida sem sincronidade física, intelectual, social, psicoemocional e espiritual; o marketing pessoal com embalagem atraente, porém, com conteúdo falso e enganoso. Afinal, essa necessidade de fazer diferente está se tornando mais importante e decisiva [...]”. (Paletta, et al., 2013:841).

Como já visto, a "ética do dever" contribui para a formação da maioria dos códigos morais de regras e procedimentos das profissões. Como cada profissão tem a sua peculiaridade e aplicabilidade não se pode dizer que um único código de ética generalista seria suficiente e aplicável a todas as profissões. Não se pode exigir as mesmas atitudes, compromissos e deveres a um padre, um soldado, um empresário, um professor, um piloto e um agricultor. Mas pode-se se dizer que são pluralidades morais

que correm em paralelo²⁹. Em comum entre todas as profissões existe o dever moral e social de cuidar de algo ou alguém com zelo como se estivesse cuidando a si mesmo.

Por essa razão a formação em qualquer profissão não deve ter como prioridade primeira a realização pessoal e financeira da pessoa. A profissão é um legado, uma função social de um especialista para atender o outro no que o outro não é especialista. A presença deste profissional na sociedade deve fazer a diferença e na sua ausência deve se perceber a falta que faz aos outros. A sociedade precisa perceber ganhos evidentes com a presença desse profissional em seu meio. A ação profissional deve melhorar a vida do outro no que o outro sozinho é incapaz de melhorar. Por isso é preciso ser exercida com afinco. Resgata-se aqui a ideia de que devemos fazer ao próximo o que faríamos para nós mesmos³⁰. O reconhecimento e o ganho financeiro serão, no máximo, consequência desse fazer profissional com qualidade e competência. O profissional não está proibido de ficar rico e famoso. Mas esse não pode ser seu principal foco. A dedicação profissional ao outro precisa ser o seu principal legado.

Isso exige que o profissional seja ético por essência e não apenas por aparência. A essência envolve o caráter³¹ e a aparência envolve a reputação. Quem tem caráter pode ter reputação. Quem tem reputação não necessariamente tem caráter. Pois reputação (aparentar) é possível construir com propaganda, autopromoção e marketing pessoal³² enquanto que caráter (essência) ou se tem, ou não se tem.

O ideal é ter caráter, pois assim sempre atuará com conduta ética e dedicação e com o tempo construirá sólida reputação. Inclusive a pessoa e o profissional ético não devem se contentar apenas em ser ético. Ele deve explicitar e aparentar que é ético. Não pode deixar dúvida alguma sobre isso. Para tal, deve excluir do seu exercício profissional e da sua vida qualquer suspeita ou mal-entendido que faça aparentar que existe espaço para a conduta não ética ou para futuro acordo que fuja aos padrões éticos. Jamais deve aceitar como naturais expressões como: "qual é o teu preço?"; "todo mundo tem um preço!"; "fizemos quaisquer negócios!". O profissional ético não faz qualquer negócio. Ele tem valor, mas não tem preço. As coisas e o serviço prestado têm preço, o profissional tem valor. Para ele o valor é mais nobre que o preço. Valor está relacionado a nobreza de suas ações para os outros e para a sociedade. O profissional ético é remunerado pelo seu trabalho, mas nunca sua dignidade será comprada.

O que mais leva as pessoas e os profissionais a não serem éticos é o pensar em si primeiro. Admitem assim priorizar a "ética egoísta", que na essência não é ética. Trata-se de um tipo de conduta egocêntrica. Uma pessoa com conduta egocêntrica normalmente tem um preço. Se for bem pago fará até o que ela mesmo terá vergonha de ter feito. Essa pessoa busca uma profissão visando enriquecer ou ser famosa. Coloca seus objetivos à frente de todos e de tudo. Esse tipo de comportamento normalmente é o caminho mais fácil para atos não éticos.

²⁹ Fato já alertado por Durkheim. Para saber mais sobre o que afirma o autor ler: Durkheim, E. (2002). *Lições de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes.

³⁰ Resgata-se aqui o "amar o próximo como a si mesmo".

³¹ Quem tem caráter é capaz de falar a verdade ou fazer o correto mesmo que isso não o beneficie ou até o prejudique. Por exemplo: admitir ser sua a culpa ou um erro mesmo que ninguém tenha, até então, como provar que a culpa ou erro era seu.

³² Por exemplo: existem muitos políticos que tem reputação (são famosos, aparentam ser honestos e até competentes), mas depois se descobre que não tinham caráter.

Algumas conclusões

Com cada vez mais tecnologia presente e disponível, especialmente as TICs/TDIs que redimensionaram o tempo, o espaço e as relações interpessoais, fazendo surgir com força a cultura digital e convidando todos para tempos de infosfera, é natural que as pessoas e os profissionais estejam impactadas. Soma-se a isso os tempos líquidos de Bauman³³ com a relativização de muitos dos valores até então presentes na sociedade e o surgimento de grandes corporações transnacionais de interesse privado na área das TICs/TDIs e redes sociais, que passam a influenciar e direcionar a sociedade até mais que os governos locais. É aceitável que isso até gere um certo pânico social e um questionar para onde vamos e onde isso irá parar. E é sabido que não vai parar. E isso assusta ainda mais.

Não se trata de demonizar a tecnologia. Afinal a tecnologia não é boa e nem má. É amoral. Já pessoas que fazem uso das tecnologias, estas sim, são morais ou imorais, boas ou más. Elas podem usar a tecnologia para o bem ou para o mal. E é por isso que a tecnologia não é neutra, apesar de ser amoral. Pois, se for dado o comando para a tecnologia fazer algo que é “mau” ela o fará³⁴, até que alguém dê um novo comando para parar fazer isso ou para passar a fazer o bem. (Arruda, Whitaker & Ramos, 2001).

A ética pode apoiar e se apoiar na tecnologia para ajudar a libertar o ser humano, oferecendo-lhe mais livre acesso às informações, informando-o melhor. Com mais informação e conhecimento o ser humano será menos enganado e mais assertivo. (Arruda, Whitaker & Ramos, 2001).

É evidente que as novas tecnologias têm mudado o comportamento humano e concomitante o agir profissional. Embora a ética geral se mantenha estável, as novas situações de comportamento têm exigido novas reflexões de ética aplicada e vigilância crítica permanente.

Junto com as novidades que surgem a todo instante também surgem novas oportunidades. Algumas não são muito éticas. Também por isso a vigilância crítica deve ser permanente. Afinal essas tentações não virão com a advertência no rótulo: "essa atitude não ética". Pelo contrário. As tentações normalmente são atraentes e convidativas. Muitas vezes surgem disfarçadas de algo inocente e aparentemente ético. Somente a vigilância impedirá de cair nessas armadilhas.

Paralelo a isso, as pessoas e profissionais percebem que ter atitudes éticas na vida, nos negócios e na profissão é trabalhoso. Ser ético talvez poderá lhe impedir de enriquecer rapidamente como desejava, poderá lhe obrigar a abrir mão de algumas oportunidades tentadoras, poderá lhe enquadrar como

³³ Zigmunt Bauman autor de dezenas de livros que falam sobre temas como a modernidade líquida, a vida líquida, etc., especialmente referentes aos tempos atuais e a tendência cada vez maior para o pós-moderno que vem relativizando quase tudo. Alguns de seus livros são: *Ética pós-moderna (Postmodern Ethics)*, 1993; *Modernidade Líquida (Liquid Modernity)*, 2000; *Amor Líquido: Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos (Liquid Love: On the Frailty of Human Bonds)*, 2003; *Vida Líquida (Liquid Life)*, 2005; *Medo Líquido (Liquid Fear)*, 2006; *Tempos Líquidos (Liquid Times: Living in an Age of Uncertainty)*, 2006; *Vida para consumo. (Consuming Life)*, 2008, e muitos outros. Quase todos os seus livros foram traduzidos para a língua portuguesa especialmente por Jorge Zahar (Editora).

³⁴ A tecnologia avança a ponto de hoje ser possível vigiar as pessoas permanentemente, a ponto de invadir sua privacidade, no que parece uma jaula eletrônica, usando a inteligência artificial para o controle, tornando, assim, abusivas as relações das máquinas com os humanos. O medo da insegurança que antes se tinha nas ruas agora também está presente nas redes cibernéticas. O crime que antes estava presente na rua agora virou cibernético. Na internet é possível ser roubado, fraudado, assediado e afetado por vírus. É possível sofrer invasões de privacidade, violência moral, invasão e destruição de sítios (sites), perda de dados e de patrimônio, golpes virtuais. Os policiais mais importantes das corporações e dos órgãos de segurança agora são os que investigam e combatem os crimes cibernéticos (Arruda, Whitaker & Ramos, 2001).

chato e retrógado e, poderá lhe obrigar a dizer não para pessoas com as quais não gostaria de se indispor.

O "bom" profissional fugirá do "mau" emprego e da "má" organização e vice-versa, em nome da sua conduta ética. O "bom" consumidor evitará as tentações ofertadas por "maus" vendedores e vice-versa. O "bom" cidadão fugirá das ações que agridam de alguma forma o outro, mesmo que o outro não seja ético. Quem é ético não passa a fazer algo errado por que todos estão fazendo. Ele faz a diferença, ele faz diferente.

Dizer que são éticos, quase todos dizem que são, e até acham que são. Na verdade, acham ser mais éticos do que de fato são. E quanto aos seus erros, sempre terão uma justificativa de cunho pessoal que busca fundamentar tal prática. E usualmente consideram isso suficiente, a ponto de considerarem que lhe isenta da culpa. Estão equivocados e autoiludidos.

Como já dito, uma pessoa ou profissional ético não tem preço, mas tem valor. Uma pessoa ética e com responsabilidade social aceita ganhar menos se isso for em prol do bem coletivo, ou lhe garanta a paz de espírito, ou lhe dê a sensação de certeza de que é a coisa certa a se fazer. Um profissional ético poderá contar, sem pestanejar, tudo o que fez para seus futuros discípulos, seus filhos, seus pais ou quem tiver paciência de ouvir suas experiências profissionais. E quando lhe perguntarem o que lhe levou a agir assim, responderá, simplesmente, que era o certo a se fazer naquele caso. O profissional ético pode até acabar sua carreira sem ficar rico financeiramente, mas o seu sentido de riqueza não está no dinheiro. Ele terá orgulho por ter resistido as tentações. Por ter combatido o bom combate³⁵. Ou como está escrito: *"Pois, que adianta ao homem ganhar o mundo inteiro e perder a sua alma?"*³⁶. A pessoa ética busca não perder a alma, muito menos vendê-la. Alma aqui pode ser vista, não apenas na dimensão espiritual, mas também na dimensão terrena, sendo representada pela consciência e pela honra.

Talvez um "profissional" não ético que enriqueceu rapidamente nunca poderá contar o que fez por que terá vergonha ou medo de punição se alguém souber. No curto prazo essas ações até podem ter trazido resultados financeiros e uma falsa sensação de prazer, mas "olhar para trás" e não se orgulhar do que foi feito é um triste fim de carreira para qualquer profissional. E em alguns casos os atos praticados são irreversíveis. De que adianta ter ganho muito dinheiro mas ter que "levar para a sepultura" os detalhes de como ganhou esse dinheiro? Devemos ser éticos, custe o que custar. Se há custo por ser ético é possível que este custo se expresse em forma de preço. Preço se paga, valor se conquista. O valor e o orgulho de ser ético não tem preço.

Quanto as profissões, sabe-se que historicamente elas surgem, evoluem e desaparecem assim como evolui a própria sociedade e suas descobertas, seus modos de produção e suas tecnologias. Mas a ética persiste. A ética é milenar e está mais necessária do que nunca.

³⁵ II Timóteo 4:7: "Combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé." Na dimensão terrena o " guardei a fé" pode significar "não abri mão dos princípios que eu acreditava".

³⁶ Ensino de Jesus Cristo, constante em Marcos, 8:36.

Referências Bibliográficas

- ARRUDA, M. C. C., WHITAKER, M. C., & RAMOS, J. M. R. (2001). *Fundamentos da ética empresarial e econômica*. São Paulo: Atlas.
- BÍBLIA. (2010). *Bíblia Sagrada*. 10. ed. Vila Hamburguesa (SP): Kings Cross Publicações.
- CAPURRO, R. (2008). On Floridi's metaphysical foundation of information ecology. *Ethics and Information Technology*. (10), 167-173, Springer. Recuperado em 05-08-2019 de <https://link.springer.com/article/10.1007/s10676-008-9162-x>
- CAPURRO, R. (2009). Ética intercultural de la información. In: Gomes, H. F., Bottentuit, A. M., & Oliveira, M. O. E. (Orgs.). *A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional: olhar da filosofia, da sociologia, da CI e da formação e do exercício profissional do Bibliotecário no Brasil*. 43-64. Brasília: CFB.
- CORTINA, A. (2009). *Ética mínima*. São Paulo: Martins Fontes.
- COSTA, F. J. (2014). *Marketing e ética*. João Pessoa: PPGA/UFPB.
- DURKHEIM, E. (2002). *Lições de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- ÉTNOR, Fundación. (2019). *¿Cómo aplicar la ética a la empresa?* Recuperado em 12-11-2019 de <https://www.etnor.org/aplicando-la-etica/>
- FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C. (2009). La información en el entorno digital: principales áreas con implicaciones éticas. In: Gomes, H. F., Bottentuit, A. M., & Oliveira, M. O. E. (Orgs.). *A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional: olhar da filosofia, da sociologia, da CI e da formação e do exercício profissional do Bibliotecário no Brasil*. 65-93. Brasília: CFB.
- FLORIANI, D. E. (2002). *A cultura nacional e as negociações internacionais: um comparativo entre executivos brasileiros e italianos*. Porto Alegre: PPGA/UFRGS. (Dissertação de Mestrado).
- GHOSHAL, S. (2005). Bad management theories are destroying good management practices. *Academy of Management Learning & Education*, (4), 1, 75-91.
- GOMES, H. F. (2009). Comportamento ético: fundamentos e orientações normativas ao exercício profissional do bibliotecário. In: Gomes, H. F., Bottentuit, A. M., & Oliveira, M. O. E. (Orgs.). *A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional: olhar da filosofia, da sociologia, da CI e da formação e do exercício profissional do Bibliotecário no Brasil*. 147-161. Brasília: CFB.
- KANT, I. (2004). *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*. São Paulo: Martin Claret.
- LÈVY, P. (2004). *Inteligencia colectiva: por una antropología del ciberespacio*. Washington (USA): Editeur.

- ONU, Organizações das Nações Unidas. (2009). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Recuperado em 01-11-2019 de <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>
- PALETTA, F. C., PASSARELLI, B., ANGELUCI, A. C. B, & JUNQUEIRA, A. H. (2013). Gestão do conhecimento, criatividade e ética no acesso e uso da informação. Conference: I Congresso ISKO Espanha e Portugal / XI Congresso ISKO Espanha. *Anais...* 834-844. Porto: FLUP U.Porto. Recuperado em 01-11-2019 de <http://www.youblisher.com/p/749221-I-Congresso-ISKO-Espanha-e-Portugal-XI-Congresso-ISKO-Espana/>
- PATRUS-PENA, R., & CASTRO, P. P. (2010). *Ética nos negócios: condições, desafios e riscos*. São Paulo: Atlas.
- SATUR, R. V. (2015). Informação, marketing e negociação no mercado: reflexões éticas. XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB). GT 5 – Política e Economia da Informação. *Anais...* Recuperado em 01-11-2019 de <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2779/1129>
- SATUR, R. V., NEVES, D. A. & DUARTE, E. N. (2015). Cognition, neuromarketing e neuroeconomia: entendendo as decisões dos atores baseadas em informações. *In: XII Congreso ISKO España y II Congreso ISKO España-Portugal, 19-20 noviembre, 2015, Organización del conocimiento para sistemas de información abiertos*. Murcia, Spain: Univ. de Murcia. *Actas...* Recuperado em 01-11-2019 de http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2015/11/ISKOEP2015_Actas.pdf
- SILVA, A. M. (2010). A pesquisa e suas aplicações em Ciência da Informação: implicações éticas. *In: Freire, G. H. A. (Org.) Ética da informação: conceitos, abordagens, aplicações. Simpósio Brasileiro de Ética da Informação, I*. E-Book, 106-125. João Pessoa: Ideia.
- SILVA, A. M. & PALETTA, F. C. (2016). A ética da informação na era digital: desenho de uma experiência pedagógica no âmbito da cooperação científica luso-brasileira. *In: XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-graduação em Ciência da Informação, Anais ...* Salvador, 1-15. Recuperado em 02-11-2019 de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/90843/2/174881.pdf>
- SILVA Filho, W. J. (2009). Ética sem fundamentos. *In: Gomes, H. F., Bottentuit, A. M., & Oliveira, M. O. E. (Orgs.). A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional: olhar da filosofia, da sociologia, da CI e da formação e do exercício profissional do Bibliotecário no Brasil*. 9-30. Brasília: CFB.
- SIMÕES, E. (2008). Contexto Social e aceitabilidade ética na negociação. *In: Simões, E. Negociação nas organizações: contextos sociais e processos psicológicos*. 117-146. Lisboa: Editora RH.
- SOUZA, F. C. (2009). Dos deveres profissionais ou a deontologia. *In: Gomes, H. F., Bottentuit, A. M., & Oliveira, M. O. E. (Orgs.). A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional: olhar da filosofia, da sociologia, da CI e da formação e do exercício profissional do Bibliotecário no Brasil*. 133-145. Brasília: CFB.
- WILSON, J. Q.; KELLING, G. (1982). *Broken Windows: The police and neighborhood safety*. 1-10. Recuperado em 01-11-2019 de https://media4.manhattan-institute.org/pdf/atlantic_monthly-broken_windows.pdf